

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1870-1980: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO.

Área: “História Econômica e Economia Brasileira”.
Sub-área: 03. “História Econômica e Social Brasileira”.

Lairton Comerlatto(*)

Pedro Vieira(**)

Malgrado suas diferenças, as diversas interpretações da industrialização brasileira privilegiam os chamados fatores ou forças endógenas. Longe de ser uma exceção, esta perspectiva é perfeitamente coerente com o que tem sido o substrato comum das ciências sociais, as quais explicitam ou veladamente, adotaram a sociedade nacional como unidade de análise. Assim, Estado nacional e/ou economia nacional são conceitos a priori, verdadeiros axiomas cujo questionamento parece estar fora do campo de possibilidades, mesmo quando os avanços científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, sob a liderança das Corporações Transnacionais e dos Estados centrais, estão concretizando uma verdadeira sociedade mundial. Uma das conseqüências da expansão da Empresa Transnacional é a constituição de um sistema econômico mundial, que atravessa as fronteiras dos Estados nacionais, os quais individualmente não podem exercer senão um diminuto controle sobre as partes dos processos econômicos globais que ocorrem nos seus respectivos territórios. Esta expansão constitui o mais importante fator isolado a minar o exclusivismo de poder do Estado nacional. (Arrighi, 1996).

Nesta perspectiva, as “economias nacionais” passam a ser vistas como partes da economia-mundo capitalista. Portanto, os processos econômicos ocorridos dentro dos espaços nacionais, não podem ser vistos como originários destes espaços, mas da economia-mundo e das forças que a dirigem.

Se nos voltamos para o Brasil, [podemos notar que] em todo o chamado período colonial, quando não existia aqui um aparelho de Estado, fica mais evidente que as atividades econômicas locais mais lucrativas (açúcar, ouro, café, comércio de importação, etc.), eram partes (ou nódulos) de cadeias mercantis mundiais. Em outras palavras, nestas circunstâncias fica mais fácil perceber a inexistência de um sistema econômico nacional. A pergunta que se faz então é a seguinte: o que mudou desde então? Ou melhor, o aumento e a diversificação das atividades econômicas (industriais, agrícolas, comerciais, financeiras) e o surgimento de um Estado nacional, de fato levaram, como defende Furtado (2000) à formação de um “sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento?” Pensamos que não.

Nesta perspectiva, para entender a industrialização brasileira, faz-se necessário analisá-la como parte do processo de difusão industrial, para praticamente toda “onda” de industrialização iniciada na Inglaterra no século XVIII, a chamada “Revolução Industrial”, que os movimentos da economia mundial acabam por espalhar pelo mundo todo. Dito de outra maneira, repetindo um processo característico da expansão espacial da economia-mundo, o território brasileiro que a ela tinha sido incorporado no século XVI através da cadeia mercantil do açúcar, passa, a partir de 1930, por um processo similar no que toca às cadeias mercantis de produtos industriais, mas num contexto muito diferente, tanto no que se refere ao estágio do sistema mundial quanto pela existência de um aparelho estatal nacional.

Empregando o aparato conceitual de Arrighi (1996), que tomando de Braudel o conceito de capitalismo como o “andar” superior da economia, mostra “quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro” (Arrighi, 1996, p. 11). Mais especificamente, podemos perceber que o sentido e a natureza da

industrialização brasileira devem ser procurados na conjuntura específica pela qual passava o sistema capitalista mundial, conjuntura esta que Arrighi (1996) denominou Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano, que se inicia em 1930 e se estende até o presente. Em síntese, tanto o avanço (1930-1980) quanto o recuo (1980 em diante) da industrialização no Brasil podem ser vistos como parte dos movimentos do capitalismo que, ao contrário do que propõe uma certa tradição, não é sinônimo de industrialização. Na perspectiva braudeliana, o que caracteriza o capitalismo é precisamente a flexibilidade.

É possível perceber, que diferente da visão dominante na historiografia brasileira, as forças da economia-mundo têm determinado, ao longo do século XX, e dos anteriores, os rumos das atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Estas forças são os Estados centrais e seus capitalistas, liderados por uma potência hegemônica e por um grupo de capitalistas a elas ligados. É relevante destacar que na perspectiva do que se pode chamar de Economia Política do Sistema-Mundo, esta associação entre Estado e capitalismo é um dos traços constitutivos do sistema capitalista mundial, não cabendo, pois a usual separação entre “política” e “economia”.

Nesta ordem de idéias, as regiões do mundo vão sendo incorporadas à economia-mundo quando se inserem nas cadeias mercantis mundiais. Por sua vez esta inserção, ao mesmo tempo que permite a certos grupos (governantes, capitalistas e outros segmentos sociais) participar da renda mundial, vai também “amarrando” seus destinos à lógica do sistema mundial.

No caso do Brasil, a inserção nas cadeias mercantis dos produtos primários criou riqueza para certos grupos ao tempo que foi tornando desnecessário um esforço industrializante. Esforço esse, que implicaria enfrentar os constrangimentos levantados pelos Estados e capitalistas centrais.

Esta situação é recorrente. O que mudam são as condições específicas em que o dilema se apresenta e como é enfrentado. No século XIX tratava-se de aproveitar as oportunidades oferecidas pelas cadeias mercantis centradas na Inglaterra, o que foi feito à custa de criar internamente o mito da vocação agrícola e de impedir o surgimento de um Estado nacional digno deste nome. Quando no século XX surge o projeto de um Estado nacional – que seria ao mesmo tempo produto e produtor da industrialização – a economia capitalista mundial se encontrava numa fase que tornava este projeto irrealizável. Desde 1930 a hegemonia norte-americana passou a se sustentar no dólar, no armamento nuclear e nas Empresas Transnacionais. Outra vez o Estado brasileiro deveu – porque não dispunha de força para reagir – aproveitar como podia a expansão da economia mundial. Inseriu-se nas cadeias mercantis mundiais lideradas pelos EUA, que permitiram certo tipo de industrialização, liderada pelas Empresas Transnacionais. Não se pode negar que as classes dominantes locais souberam tirar proveito dos “30 anos gloriosos” do capitalismo mundial. Desde os anos 30 até início dos 80 do século passado, o Brasil passou de uma sociedade rural para a 8a. economia industrial do mundo. Quando findou esta conjuntura e sobreveio a Expansão Financeira do CSA norte-americano, também a corrida para industrialização cessou no mundo e no Brasil.

Em que pese o caráter exploratório deste texto, esperamos ter oferecido elementos que justifiquem a continuidade de pesquisas que tenham o sistema capitalista mundial como unidade de análise. Temos consciência de que as forças que operam dentro dos espaços nacionais não são receptoras passivas das tendências criadas pelas forças políticas e econômicas que hegemonizam a economia mundial. Nosso ponto é que o raio de manobra – tanto dos governos, quanto dos capitalistas – sempre foi muito menor do que eles pretenderam nos fazer crer.